



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Diretoria de Documentação Judiciária
B I B L I O T E C A

INFORME BIBLIOGRÁFICO

SUMÁRIOS CORRENTES E NOVAS AQUISIÇÕES

RECIFE

JULHO

2010



Adv
ADVOCACIA DINÂMICA



INFORMATIVO

FECHAMENTO: 18/06/2010 – EXPEDIÇÃO: 20/06/2010 – ANO 30 – 2010 – PÁGINAS: 418/399 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 25

Sumário

ATOS DO EXECUTIVO

- Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) – Regulamentação.....417

ATOS DO JUDICIÁRIO

- **TRF-3ª R.:** Precatório – Envio eletrônico de requisições – Campos obrigatórios417
- **TJ-SP:** Certidões cíveis – Serviço de solicitação e entrega – Suspensão416

ATOS DO LEGISLATIVO

- Execução penal – Uso de equipamento de vigilância pelo condenado – Alteração da Lei 7.210/84416
- Previdência Social – Aposentados e pensionistas – Reajuste dos benefícios.....415
- Salário mínimo – Política para valorização – Valor a partir de 1-1-2010.....414

DOCTRINAS

- Divórcio relâmpago – **Áurea Pimentel Pereira**414
- O Estatuto do Torcedor e a Copa do Mundo de 2014 – **Pedro Zanette Alfonsin**.....413

ESTUDO DE CASOS

- Cumprimento de sentença – Prazo – Intimação pessoal.....407
- Saúde pública – Fornecimento de remédios – Solidariedade404

NOTICIÁRIO

Destaques da semana401

- Contrato de trabalho: empresas devem exigir visto de estrangeiros
- Feto anencéfalo: TJ-MG autoriza interrupção da gravidez
- Ficha Limpa: Lei vale para condenações passadas, diz TSE
- Horas extras: cabimento em tempo de espera em aeroportos e voos
- Medida socioeducativa: STF classifica falta média fuga de menor
- Uso ilegal de *software*: STJ julga recurso de indenização bilionária

Projetos de lei400

- Anulação de cláusulas obscuras de contratos
- Aprovação das regras para TV por assinatura
- Aprovação do Estatuto da Igualdade Racial
- Compromisso de empresa de não fraudar licitação
- Extensão do auxílio-acidente a dependente em caso de morte do segurado
- Obrigatoriedade de UTI em clínicas de lipoaspiração
- Recomendação de uso de fotos na perícia criminal
- Revogação de parte do ADCT

SÚMULA LEGISLATIVA SEMANAL

- Pesquisa de 14-6 a 18-6-2010.....399

JURISPRUDÊNCIA

FECHAMENTO: 18/06/2010 – EXPEDIÇÃO: 20/06/2010 – ANO 30 – 2010 – PÁGINAS: 400/385 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 25

TEMAS EM DESTAQUE

PROCESSO CIVIL

Ação de indenização

- O casamento frustrante que não proporciona plena felicidade a um dos cônjuges não configura, por si só, a prática de ato ilícito ou o dano moralmente indenizável.

Denúnciação da lide

- A denúnciação da lide não se presta para a hipótese em que pretende o denunciante eximir-se da responsabilidade pelo evento danoso, atribuindo-a a terceiro.

CIVIL E COMERCIAL

Prescrição

- Somente se reconhece a renúncia tácita da prescrição mediante a prática de ato inequívoco de reconhecimento do direito pelo prescribente.

Seguro obrigatório

- O acordo de recebimento parcial da indenização do seguro DPVAT por morte da vítima, não inibe a cobrança da diferença até o montante estabelecido em lei.

PENAL E PROCESSO

Lesão corporal

- A Lei Maria da Penha não transformou a ação penal, que é condicionada para os casos de lesão corporal leve e culposa, em incondicionada.

Liberdade provisória

- A inafiançabilidade do crime de tráfico de entorpecentes não pode e não deve constituir causa impeditiva da liberdade provisória.

TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Aposentadoria por idade

- Não há óbice à concessão da aposentadoria por idade ainda que, quando do implemento da idade, já se tenha perdido a qualidade de segurado.

Depósito recursal

- O recolhimento do depósito recursal em documento diverso do que está previsto no Texto Consolidado Trabalhista não é considerado válido.

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

Desapropriação

- A imissão provisória na posse do imóvel objeto de desapropriação, caracterizada pela urgência, prescindir de citação do réu, de avaliação prévia e de pagamento integral.

Funcionalismo público

- A aposentadoria por invalidez de servidor público decorrente de enfermidade grave e incurável gera direito à percepção do pagamento integral dos proventos.

TRIBUTÁRIO

Ação de repetição de indébito

- Não se pode negar ao locatário, que efetivamente recolheu a título de imposto um valor indevido, a legitimidade para propor demanda visando a sua restituição.

ICMS

- Se a venda se dá por valor menor do que a compra, então, o crédito escritural lançado foi maior do que deveria ser, daí justificando a obrigação legal de estornar.



Adv
ADVOCACIA DINÂMICA

INFORMATIVO

FECHAMENTO: 24/06/2010 – EXPEDIÇÃO: 27/06/2010 – ANO 30 – 2010 – PÁGINAS: 432/419 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 26

Sumário

ATOS DO JUDICIÁRIO

- **CNJ:** Usuários e dependentes de drogas – Crianças e adolescentes – Atuação do Judiciário.....431
- **CNJ:** Usuários e dependentes de drogas – Atuação do Judiciário.....431
- **STJ:** Jurisprudência dominante – Súmulas 449 a 452.....430
- **TJ-RJ:** Gravação digital – Registro de depoimentos – Regulamentação.....430

ATOS INSTITUCIONAIS

- **ANTT:** Transporte rodoviário de passageiros – Normas gerais sobre SAC.....428

DOCTRINAS

- A bomba atômica iraniana e a mediação do Brasil (Lula) e Turquia (Erdogan) – **Luiz Flávio Gomes**.....427
- A incontrolável autonomia sindical para instituir contribuições – **Leandro Luiz Farias de Souza**.....427
- Pacote federal de bondades tributárias da Copa 2014 – **Milton Fontes**.....424

ESTUDO DE CASOS

- Exame de corpo de delito – Dispensabilidade.....423
- Imunidade tributária – Maçonaria.....422

NOTICIÁRIO

Destaques da semana.....421

- **Baifômetro:** aparelho fora dos padrões do INMETRO fundamenta HC
- **Candidato inelegível:** indeferido pedido de liminar de Garotinho
- **Coação em processo:** Justiça Estadual é competente em ação
- **Defesa do empregado:** MPT pode pedir FGTS em Ação Civil Pública
- **Designer de bolsas:** C&A é condenada por copiar marca famosa
- **Estupro e atentado violento ao pudor:** crimes têm penas somadas
- **Processo digital:** documentação obrigatória é necessária, diz AGU
- **Promessa de cura:** medium indenizará mulher por coação moral

Projetos de lei.....420

- **Ampliação do conceito de crime de receptação presumida**
- **Desoneração de baixa de registro de pequena e microempresa**
- **Exigência de contratação de morador de rua em licitações**
- **Inclusão da “educação para a cidadania” no ensino médio**
- **Proibição de produtos infantis em forma de cigarro**
- **Regras para TV por assinatura**

SÚMULA LEGISLATIVA SEMANAL

- Pesquisa de 21-6 a 24-6-2010.....419



Adv

ADVOCACIA DINÂMICA

JURISPRUDÊNCIA

FECHAMENTO: 24/06/2010 – EXPEDIÇÃO: 27/06/2010 – ANO 30 – 2010 – PÁGINAS: 416/401 – FASCÍCULO SEMANAL N.º 26

TEMAS EM DESTAQUE

PROCESSO CIVIL

Adjudicação compulsória

- Eventual procedência da ação de adjudicação compulsória apenas reconhece em favor da demandante o direito à conclusão da relação obrigacional.

Cumulação de pedidos

- Não se admite a cumulação simples se há incompatibilidade da via procedimental a ensejar tumulto e desordem na realização dos atos.

CIVIL E COMERCIAL

Compra e venda

- Não é possível obrigar a construtora, que atrasou a conclusão da unidade, a entregar as chaves, quando, no período, o comprador não cumpre o dever de solver as prestações.

Sucessão

- É juridicamente impossível a ação de deserção ajuizada pela própria pessoa que deseja deserdar um herdeiro necessário seu.

PENAL E PROCESSO

Concurso material

- Os crimes de falsidade ideológica e uso de documento falso podem ser considerados autônomos, desde que o primeiro não seja crime-meio para se alcançar o outro.

Prisão cautelar

- O excesso de prazo, mesmo tratando-se de crime hediondo, não pode ser tolerado, impondo-se a imediata revogação da prisão cautelar.

TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Contrato temporário

- Não comprovado o acréscimo de serviços ou a necessidade de substituição de pessoal permanente, não há como se validar a contratação temporária.

Responsabilidade solidária

- Havendo contrato regular de franquia, não há que se falar em responsabilidade solidária ou subsidiária entre a franqueadora e a franqueada.

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

Estatuto do idoso

- A visita ao Monumento do Cristo Redentor e ao Pão de Açúcar constitui atividade de lazer, sujeitando ao desconto de 50% para os idosos.

Trânsito

- A transferência de propriedade do automóvel é de responsabilidade única do adquirente, não estando o judiciário ou o Estado autorizados a proceder o ato.

TRIBUTÁRIO

Ação anulatória de débito fiscal

- A deflagração de processo executivo fiscal não obriga que a defesa do executado seja feita através da interposição de embargos do devedor.

Imunidade

- A imunidade contra a instituição de impostos que favorece instituições de assistência social independe de o imóvel estar em sua posse direta ou indireta.



INFORMATIVO

FECHAMENTO: 09/07/2010 – EXPEDIÇÃO: 11/07/2010 – ANO 30 – 2010 – PÁGINAS: 462/449 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 28

Sumário

ATOS DO EXECUTIVO

- Previdência complementar – Encaminhamento de consultas à Superintendência461

ATOS DO JUDICIÁRIO

- **CGJ-RJ:** Banco de dados de nascimento e óbito – Criação461
- **CNJ:** Sistema de gestão de precatórios – Criação461
- **TJ-RJ:** Infância e juventude – Competência jurisdicional dos órgãos460
- **TJ-SP:** Jurisprudência dominante – Súmulas 1 a 6460

DOCTRINAS

- OIT e as relações trabalhistas – **Camila Rigo Colombo**459
- O regime das penas nos crimes hediondos – **Áurea Pimentel Pereira**459
- Servidor público: Elementos das sanções funcionais – **José dos Santos Carvalho Filho**458

ESTUDO DE CASOS

- Consumidor por equiparação – Direito de ação – Legitimidade456
- Fraude contra credores – Anulação – Ação pauliana453

NOTICIÁRIO

Destaques da semana451

- Combustíveis; empresário é condenado por induzir clientes a erro
- Enem; Inep deve aceitar inscrição de alunos sem CPF
- Exame de Ordem; assegurada inscrição de bacharéis em direito
- Prova indiciária: empresa é condenada por assédio sexual
- Responsabilidade: STF nega suspensão de efeitos de condenação
- Sistema de cotas: Lewandowski decide pedidos de *amicus curiae*
- Sucessão: companheira tem direito a totalidade da herança
- Tortura contra menor: procuradora é condenada a 8 anos de prisão

Projetos de lei450

- Ampliação da licença-casamento para cinco dias
- Criação de tarifa sobre passagens aéreas
- Facilitação na alteração do nome dos pais
- Interrupção da contagem do prazo de aviso prévio para gestantes
- Medidas contra *bullying* em escolas e clubes de recreação
- Reforma no Código Florestal

Concursos Públicos449

SÚMULA LEGISLATIVA SEMANAL

- Pesquisa de 2-7 a 8-7-2010449



Adv

ADVOCACIA DINÂMICA

JURISPRUDÊNCIA

FECHAMENTO: 09/07/2010 – EXPEDIÇÃO: 11/07/2010 – ANO 30 – 2010 – PÁGINAS: 448/433 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 28

TEMAS EM DESTAQUE

PROCESSO CIVIL

Cerceamento de defesa

- A intimação das partes acerca da data e local de realização da perícia é imprescindível ao efetivo acompanhamento da prova pelos litigantes.

Substituição processual

- A substituição processual em caso de falecimento de uma das partes pode ser feita tanto pelo inventariante quanto pelos herdeiros do *de cujus*.

CIVIL E COMERCIAL

Adoção

- É indispensável o processo judicial, mesmo para a adoção de maiores de dezoito anos, não sendo possível realizar o ato por intermédio de escritura pública.

Cessão de direitos hereditários

- O termo judicial de cessão deve ser subscrito pessoalmente pelos cedentes ou por procurador munido de instrumento público de mandato.

PENAL E PROCESSO

Execução penal

- O cumprimento de sanções políticas concomitantes, por atos de improbidade contemporâneos, deve observar o disposto no artigo 11 da Lei 7.210/84.

Roubo

- Inaplicável o princípio da insignificância na hipótese de crime de roubo, por se tratar de delito complexo, que protege outros bens além do patrimônio.

TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Enquadramento sindical

- O fato determinante para o enquadramento rural é de o trabalhador desenvolver suas atividades em área rural.

Pensão por morte

- Para que o cônjuge separado judicialmente faça jus ao benefício de pensão por morte, é necessária a comprovação da dependência econômica.

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

Fiscalização profissional

- Os técnicos de farmácia que atendam aos requisitos de formação profissional exigidos pelas autoridades educacionais têm direito à inscrição no CRF.

Funcionalismo público

- Gratificação de natureza transitória e contingencial, que não se incorpora ao vencimento do servidor, pode ser suprimida a qualquer tempo.

TRIBUTÁRIO

Execução fiscal

- É admissível a oposição de embargos de terceiro fundados em alegação de posse advinda de compromisso de compra e venda, ainda que sem registro.

Imposto de renda

- Os depósitos judiciais para suspender a exigibilidade do crédito tributário não são dedutíveis da base de cálculo do IRPJ até o trânsito em julgado da demanda.

INFORMATIVO

FECHAMENTO: 16/07/2010 – EXPEDIÇÃO: 18/07/2010 – ANO 30 – 2010 – PÁGINAS: 478/463 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 29

Sumário

ATOS DO EXECUTIVO

- Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) –
Alteração da Instrução Normativa 1.042/2010477
- Contrato de trabalho – Sistema Homolognet –
Criação.....477
- Contrato de trabalho – Termos de rescisão
e homologação – Aprovação.....477
- Registro civil – Pessoas naturais –
Regulamentação.....476

ATOS DO LEGISLATIVO

- Constituição Federal – Divórcio – Supressão
do tempo de separação476
- Constituição Federal – Jovem – Proteção
e inclusão dos interesses da juventude475

DOCTRINAS

- A Constituição na visão de Hess e
Lassale – Uma leitura comparativa –
José Otaviano de Oliveira.....475
- Divórcio já! – **Maria Berenice Dias**472
- Pelo fim do juridiquês –
Paulo Márcio Reis Santos.....471

ESTUDO DE CASOS

- Dosimetria da pena – Delação premiada.....470
- Suspeição do Juiz – Imparcialidade467

NOTICIÁRIO

Destaques da semana465

- Área de preservação: demolição de imóvel não
gera indenização
- Autorização do STJ: advogados terão acesso a
processos de anistia
- Compensação de tributo: ação é cabível mesmo
com instrução da SRF
- Inédito na América Latina: Argentina aprova união
homoafetiva
- Litispendência: ação deve ser extinta se já existir
outra igual
- Utilidade pública: farmácia não pode vender re-
carga para celular

Projetos de lei464

- Ampliação dos direitos trabalhistas para empre-
gados domésticos
- Aumento do tempo mínimo para crimes hedion-
dos
- Dedução de imposto às empresas que admitem
egressos da prisão
- Extinção do sigilo indefinido de informações pú-
blicas
- Novas regras para propaganda eleitoral
- Punição para prática de alienação parental
- Salário único para agentes de trânsito

SÚMULA LEGISLATIVA SEMANAL

- Pesquisa de 12-7 a 16-7-2010.....463



Adv

ADVOCACIA DINÂMICA

JURISPRUDÊNCIA

FECHAMENTO: 16/07/2010 – EXPEDIÇÃO: 18/07/2010 – ANO 30 – 2010 – PÁGINAS: 464/449 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 29

TEMAS EM DESTAQUE

PROCESSO CIVIL

Ação anulatória

- A ação anulatória de atos jurídicos em geral não é o meio apto para desconstituir sentença que decide processo de adoção.

Cumulação de pedidos

- É impossível cumular ação de prestação de contas com ação ordinária em que se busca a revisão contratual, em face da incompatibilidade de ritos.

CIVIL E COMERCIAL

Código de Defesa do Consumidor

- O anúncio de preço muito inferior ao de mercado, incompatível com o preço médio, torna perceptível a ocorrência de erro, que não obriga o fornecedor.

Incorporação imobiliária

- Desfeito o negócio entre o proprietário do terreno e o incorporador, consolida-se naquele, em cujo favor se opera a resolução, o direito sobre a construção.

PENAL E PROCESSO

Corrupção de menores

- No crime de corrupção de menores, basta a participação do menor de 18 anos para que se verifique a subsunção da conduta do réu imputável ao tipo.

Crime de trânsito

- A materialidade do delito de embriaguez ao volante se comprova apenas com o teste de alcoolemia, que não pode ser suprido por exame clínico ou testemunha.

TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Bancário

- Só excepcionalmente pode o empregado bancário estar sujeito à jornada de trabalho com duração de oito horas.

Convenção Coletiva

- As Convenções Coletivas prevalecem sobre os Acordos Coletivos quando possuírem condições mais benéficas para os trabalhadores.

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

Funcionalismo público

- O servidor público não possui direito adquirido à imutabilidade de regime jurídico e de remuneração, desde que respeitada a irredutibilidade vencimental.

Terreno de marinha

- A atualização das taxas de ocupação terrenos de marinha não configura imposição ou mesmo agravamento de um dever aos administrados.

TRIBUTÁRIO

Ação de repetição de indébito

- A correção monetária do indébito tributário tem como termo inicial a data em que cada parcela foi descontada.

Crédito tributário

- A notificação por edital do lançamento de crédito tributário somente se justifica quando o contribuinte encontra-se em lugar incerto e não sabido.

PUBLICAÇÃO MENSAL

Nº 7 ^{Ano} 2010 JULHO
ANO XXVI

BDA

BOLETIM DE DIREITO ADMINISTRATIVO



EDITORA **NDJ** LTDA.
NOVA DIMENSÃO JURÍDICA



BOLETIM DE DIREITO ADMINISTRATIVO

SUMÁRIO

DOCTRINA, PARECERES E ATUALIDADES

REGULAMENTO DE LICITAÇÃO DA PETROBRAS E PROPOSTA DE MODIFICAÇÃO POR LEI (Marcos Juruena Villela Souto e Flávio Amaral Garcia)	787
APOSENTADORIA ESPECIAL E OS PRESSUPOSTOS PARA CONVERSÃO DO TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL EM COMUM (Maria Lúcia Miranda Alvares)	800
UMA PROPOSTA DE RELEITURA DO FEDERALISMO NORTE-AMERICANO POR MEIO DO <i>JUDICIAL REVIEW</i> (Luís Henriquê Vieira Rodrigues)	807
UMA NOVA CONFIGURAÇÃO DAS FORMAS DE ATUAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO NA ECONOMIA: A INCLUSÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS PRIVATIVOS PRESTADOS EM REGIME PRIVADO OU EM REGIME PÚBLICO (André Saddy)	816
APOSENTADORIA POR INVALIDEZ – Proventos Integrais – Retorno ao Serviço Público em Cargo Diverso – Pretensa Acumulação de Proventos – Ilegalidade – Cargos Inacumuláveis na Atividade – Direito de Opção pelo Benefício Mais Conveniente (Tribunal de Contas da União)	841
BOLSA DE ESTUDOS NO EXTERIOR – Capes – Não-Conclusão do Curso – Circunstâncias Alheias à Vontade do Estudante – Contas Regulares, com Ressalva – Quitação (Tribunal de Contas da União)	845
DESPESAS COM PESSOAL – Aumento – Ato Nulo de Pleno Direito – Admissão de Pessoal – Contratação Temporária – Possibilidade, Tão-Somente, para Fins de Reposição – Readmissão – Considerações (Tribunal de Contas do Estado do Paraná)	851
CELETISTA – Autarquia Estadual – Aposentadoria Espontânea – RGPS – Não-Ocorrência de Causa Extintiva do Contrato de Trabalho – Possibilidade da Permanência do Empregado Público em Atividade – Legislação Estadual – Complementação de Proventos – EC nº 20/98 – Requisitos – Vantagens Adquiridas Após a Inativação no INSS – Considerações (Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul)	860

continua...

Fórum de Direito Urbano e Ambiental



ISSN 1676-6962

Fórum de Dir. Urbano e Ambiental - FDUA

Belo Horizonte

ano 9

n. 51

p. 1-147

maio/jun. 2010

DOCTRINA

Artigos

Uma análise estrutural para implantação do mercado de <i>commodities ambientais</i> no oeste de Santa Catarina Amyra El Khalili	7
Águas separadas de Minas e o Projeto Manuelzão Apolo Heringer Lisboa	18
Justo valor e sua indenização nos processos judiciais de desapropriação Cacilda Lopes dos Santos	21
Da possibilidade de implantação e manutenção de unidade de conservação pelos municípios, nos casos de empreendimentos de significativo impacto ambiental Cirino Adolfo Cabral Neto	31
Legalização das favelas: qual é o problema de Belo Horizonte? Edésio Fernandes, Helena Dolabela Pereira	34
Solo urbano e licenças urbanísticas Edna Cardozo Dias	57
A sustentabilidade corporativa e sua relação com o direito, impactos jurídicos Edson de Oliveira Braga Filho	64
Os efeitos da mineração nos recursos hídricos Evandro Martins Guerra, Luiza Guerra Araújo	66
Ponderações sobre a natureza jurídica das áreas de preservação permanente e de reserva legal Lara Caroline Miranda, Vanêssa Rodrigues Melo, Luiz Carlos Figueira de Melo	81
Sustentabilidade, o princípio da lógica e coerência Marilena Lino de Almeida Lavorato	91
A metáfora ambiental – O agir humano atual e o meio ambiente Millos Augusto Stringuini	95

Parecer

Da necessidade da comunicação das infrações administrativas ambientais ao Ministério Público Talden Farias	101
--	-----

Melhores Práticas em Sistema de Gestão de Meio Ambiente e Meio Ambiente do Trabalho

Necessidade de averbação de reserva legal de propriedade anterior à legislação vigente Kesley Barbosa, Amanda de Pina Ribeiro Carvalho	105
Dimensionamento de SESMT de empresa, suas filiais e terceiras contratadas Kesley Barbosa, Tiago de Pina Ribeiro Carvalho	109

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

Acórdãos na Íntegra

Superior Tribunal de Justiça Dano ambiental – Drenagem de brejo – Atividade degradante iniciada pelo Poder Público e continuada pela parte recorrida – Solidariedade pela reparação do dano – Abrangência do conceito de “poluidor” adotado pela Lei n. 6.938/81. Recurso Especial nº 880.160 – RJ	111
Tribunal Regional Federal da 4ª Região Dano ambiental – Multas – Área de Preservação Permanente – Limitação de uso, e não desapropriação indireta – Código Florestal – Função sócio-ambiental da propriedade – Prequestionamento Apelação Cível nº 0000459-66.2009.404.7007/PR	113
Tribunal Regional Federal da 5ª Região Muro de imóvel edificado próximo a uma voçoroca ativa – Laudo elaborado pelo IBAMA – Risco de desmoronamento – Demolição da obra – Possibilidade – Parecer técnico dos agravantes insuficiente – Princípio da precaução. Agravo de Instrumento nº 103464/PB	119

Revista **Bonijuris**

JULHO/10

ACÓRDÃOS - INTEIRO TEOR

Pág. XXXI

Separação Judicial - Batismo de Filho sem o Conhecimento do Outro Cônjuge (STJ)

Condomínio - Realização de Obra - Desfazimento (TJ/MG)

Despesas Processuais - Complementação de Custas - Intimação Pessoal (STJ)

Porte Ilegal de Arma de Fogo - Falta de Munição - Conduta Atípica (STJ)

Prefeitura - Nulidade da Contratação - Gestante (TRT/12a. Reg.)

Energia Nuclear - Competência Legislativa da União - Existência de Lei Estadual (STF)

ISS - Serviço de Reboque Fluvial ou Marítimo - Não Incidência (STJ)

LEGISLAÇÃO

Pág. LIV

Lei nº 12.258/10 – Lei de Execução Penal – Vigilância Indireta pelo Condenado – Monitoração Eletrônica

Lei nº 12.245/10 – Lei de Execução Penal – Instalação de Sala de Aula em Presídio

DOCTRINA

NECESSIDADE DE REPENSAR A COMPETÊNCIA RECURSAL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Liliane Maria Busato Batista
Pág. V

"ORDEM" E "PUREZA" NA SOCIEDADE DO CONSUMO: UMA PERSPECTIVA DE ANÁLISE DA TENDÊNCIA AO (HIPER)ENCARCERAMENTO

Marcelo Marcante Flores
Pág. XIII

O DESAFIO DA MAGISTRATURA ANTE AS MUDANÇAS SOCIAIS E ECONÔMICAS

Oriana Piske de Azevedo Barbosa
Pág. XVII

POSSIBILIDADE DE EXECUÇÃO DE QUOTAS CONDOMINIAIS

André Luiz Junqueira
Pág. XVIII

DIREITOS HUMANOS, RACISMO E SEU DISCIPLINAMENTO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Mariana Bettega Bräunert
Pág. XX

CONSELHO EDITORIAL

Coordenador: Luiz Fernando Coelho
 Antonio Carlos Facioli Chedid
 Carlos Alberto Silveira Lenzi
 Carlos Roberto Ribas Santiago
 Clèmerson Merlin Clève
 Edésio Franco Passos
 Hélio de Melo Mosimann
 Humberto D'Ávila Rufino
 Jacinto Nelson de Miranda Coutinho
 João Casillo
 João Oreste Dalazen
 Joel Dias Figueira Júnior
 Manoel Antonio Teixeira Filho
 Manoel Caetano Ferreira Filho
 Maximiliano Nagl Garcez
 Rolf Koerner Júnior
 Zeno Simm

DIRETOR

Luiz Fernando de Queiroz

CONSELHO DE PESQUISADORES

André Barbieri Souza
 Carlos Oswaldo M. Andrade
 Eduardo Cambi
 Elionora Harumi Takeshiro
 Geison de Oliveira Rodrigues
 Geraldo Vaz da Silva
 José Lúcio Glomb
 Joseph Ernst Gardemann Filho
 Luciano Augusto de Toledo Coelho
 Luiz Carlos da Rocha
 Luiz Salvador
 Maria de Lourdes Cardon Reinhardt
 Paula Tiemi Toyofuku
 Rafael Cessetti
 Rogério Distéfano
 Roland Hasson
 Sérgio de Aragon Ferreira
 Solange Roessle
 Yoshihiro Miyamura

Sumário**DOCTRINA**

Necessidade de Repensar a Competência Recursal do Supremo Tribunal Federal...	05
<i>Liliane Maria Busato Batista</i>	
"Ordem" e "Pureza" na Sociedade do Consumo: Uma Perspectiva de Análise da Tendência ao (Hiper)Encarceramento	13
<i>Marcelo Marcante Flores</i>	
O Desafio da Magistratura ante as Mudanças Sociais e Econômicas	17
<i>Oriana Piske de Azevedo Barbosa</i>	
Possibilidade de Execução de Quotas Condominiais	18
<i>André Luiz Junqueira</i>	
Direitos Humanos, Racismo e seu Disciplinamento no Ordenamento Jurídico Brasileiro	20
<i>Mariana Bettega Bräunert</i>	

ACÓRDÃO EM DESTAQUE

Receptação Qualificada - Dolo Eventual - Pena Aplicada (STJ)	26
--	----

INTEIRO TEOR

Separação Judicial - Batismo de Filho sem o Conhecimento do Outro Cônjuge (STJ)	29
Condomínio - Realização de Obra - Desfazimento (TJ/MG)	32
Despesas Processuais - Complementação de Custas - Intimação Pessoal (STJ)	33
Porte Ilegal de Arma de Fogo - Falta de Munição - Conduta Atípica (STJ)	35
Prefeitura - Nulidade da Contratação - Gestante (TRT/12a. Reg.)	37
Energia Nuclear - Competência Legislativa da União - Existência de Lei Estadual (STF)	38
ISS - Serviço de Reboque Fluvial ou Marítimo - Não Incidência (STJ)	40

EMENTÁRIO

Civil - Comercial	44
Imobiliário	45
Processo Civil	46
Penal - Processo Penal	48
Trabalhista - Previdenciário	49
Administrativo - Constitucional	51
Tributário	52

LEGISLAÇÃO

Lei nº 12.258/10 - Lei de Execução Penal - Vigilância Indireta pelo Condenado - Monitoração Eletrônica	54
Lei nº 12.245/10 - Lei de Execução Penal - Instalação de Sala de Aula em Presídio	54

COMO DECIDEM OS TRIBUNAIS

Discussões Acerca da Multa do CPC 475-J e o Anteprojeto do Novo CPC	55
<i>Leandro Vieira</i>	

EVENTOS/NOTÍCIAS	58
-------------------------	-----------

REPOSITÓRIO AUTORIZADO

TST Nº 24/2001
 STF Nº 34/2003
 STJ Nº 56/2005

COEDIÇÃO:

AMAPAR - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO PARANÁ
 AMC - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS CATARINENSES
 AMATRA - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO TRABALHO - IX E XII

Revista Bonijuris
 ISSN 1809-3256
Qualis C – Capes
 Ano XXII - Nº 560
 Edição Mensal - Julho/10

Editor
 Jornalista Arnoldo Anater
(in memoriam)

INSTITUTO DE PESQUISAS JURÍDICAS BONIJURIS

R. Marechal Deodoro, 344 - 3º and. - CEP 80010-010 - Curitiba - PR
www.bonijuris.com.br

Administrativo/Comercial

Fone-fax: (41) 3323-4020

bonijuris@bonijuris.com.br / comercial@bonijuris.com.br

Suporte Técnico

Fone: (41) 3019-3193 - suporte@bonijuris.com.br

Jurídico - Pesquisa - Serviços de Apoio

Fone: (41) 3322-3835 - juridico@bonijuris.com.br

REVISTA CEJ

ISSN 1414-008X
Ano XIV
jan./mar. 2010

**Centro de Estudos Judiciários
Conselho da Justiça Federal**

48



**Conselho da
Justiça Federal**



**Centro de
Estudos Judiciários**

Revista Brasileira de Direito do Seguro e da Responsabilidade Civil

ANO I - 1ª EDIÇÃO - JAN. 2009

Ernesto Tzirulnik

Sócio Fundador, membro atual do Conselho Diretor e Presidente do IBDS - Instituto Brasileiro de Direito do Seguro. Professor convidado do Curso de Especialização em Direito Empresarial da PUC-SP para a disciplina Contrato de Seguro. Professor convidado do Curso de Especialização em Direito dos Contratos da PUC-SP para a disciplina Contrato de Seguro (COGEAE). Co-coordenador da comissão de juristas elaboradora do primeiro Anteprojeto de Lei de Contrato de Seguro brasileiro (Projeto de Lei 3555/2004, de 13 de maio de 2004). Fundador do escritório "Ernesto Tzirulnik - Advocacia.

Flávio de Queiroz Bezerra Cavalcanti

Procurador do Estado de Pernambuco
Professor de Direito Civil da Faculdade de Direito da UFPE
Advogado

(Coordenadores)

Academia
Brasileira de Direito


instituto brasileiro de direito do seguro

MP
EDITORA

SUMÁRIO

Apresentação	13
REFLEXÕES PRELIMINARES PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA HERMENÊUTICA ESPECÍFICA PARA OS CONTRATOS DE SEGURO	
<i>Angélica Lucía Carlini</i>	15
1. Introdução	15
2. Contratos de seguro – a nova ordem contratual	17
2.1. Os contratos de seguro no Brasil	23
3. Hermenêutica jurídica – uma nova interpretação	28
4. Interpretação dos contratos de seguro: um caso paradigmático	36
5. Conclusão	48
MIRAGENS E APROXIMAÇÃO	
<i>Antonio Carlos Alves Pereira</i>	53
1. Introdução	53
2. A operação securitária e sua compreensão	53
3. Operação massificada	54
4. A “empresarialidade”	56
5. A estrita boa-fé	60
6. A exigência da “probidade”	62
7. A interpretação-aplicação no contrato de seguro: a “liberdade de contratar”	64
8. A interpretação-aplicação no contrato de seguro: os “riscos predeterminados”	66
9. A interpretação-aplicação no contrato de seguro: a exigência de boa fé e da probidade	67

10. A interpretação-aplicação no contrato do seguro: a “cláusula de rateio”	69
11. A interpretação-aplicação no contrato de seguro: a mora no pagamento do prêmio	71
12. A interpretação-aplicação no contrato de seguro: a questão das “doenças pré-existentes”	81
13. Interpretação-aplicação no contrato de seguro: o segurado no seguro de responsabilidade civil que assume, de pronto, a sua responsabilidade	85
14. A interpretação-aplicação no contrato de seguro: modificações na apólice de seguro de pessoas	89
15. Conclusão	91

O CONTEÚDO DA PRESTAÇÃO SECURITÁRIA E O CONTRATO ALEATÓRIO

<i>Flávio de Queiroz B. Cavalcanti</i>	95
1. A Importância das classificações no Direito	95
2. Das obrigações de garantia	98
2.1. Os contratos aleatórios	100
2.2. Contratos aleatórios e contratos condicionais	103
3. O contrato de seguro é aleatório?	105
4. Conclusão	110

A DEPRECIAÇÃO E SEUS DOGMAS

<i>Francisco de Assis Braga</i>	113
1. Introdução	113
2. Depreciação – generalidades	113
3. As perdas parciais: critérios de depreciação com visão retrospectiva e prospectiva	117
4. Perdas parciais e aplicação das fórmulas de depreciação	125
5. Perdas parciais e aplicação de depreciação idêntica para prejuízos e valor em risco	127

6. A consideração dos tributos recuperáveis nas perdas parciais e no valor em risco	128
7. As perdas parciais, a depreciação e as soluções encontradas por outros ramos de seguros	129
A AÇÃO DIRETA DO TERCEIRO PREJUDICADO NO SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL – UMA ANÁLISE DO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO	
<i>Gustavo de Medeiros Melo</i>	131
1. Introdução	131
2. O diálogo entre o direito material e o sistema processual	131
3. O contrato de seguro no Código Civil de 1916	136
4. O seguro de responsabilidade civil no Código de Defesa do Consumidor: o primeiro passo para uma mudança de paradigmas	139
5. O seguro obrigatório de responsabilidade civil	144
6. O seguro facultativo de responsabilidade civil no Código Civil de 2002	145
7. O regime processual de intervenção do segurador no seguro facultativo de responsabilidade civil	148
8. O chamamento do segurador ao processo	151
9. O litisconsórcio passivo entre segurado e segurador	157
10. Ação direta do terceiro prejudicado contra o segurador	160
11. O Projeto de Lei n. 3.555/04 e a tendência universal no Direito Comparado	163
12. Conclusões	166
O SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL E OS ADMINISTRADORES DE ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA PRIVADA	
<i>Ivy Cassa</i>	173
1. Introdução: partindo da idéia de responsabilidade civil	173

2. Seguro de responsabilidade civil	177
3. Seguro D&O	183
4. Seguro de responsabilidade civil para administradores de entidades fechadas de previdência privada	184
5. Conclusão	189
INTERESSE SEGURÁVEL NO SEGURO DE PESSOAS – FORMAÇÃO DO CONTRATO	
<i>Marcio Alexandre Malfatti</i>	
<i>Hilton Gomes dos Santos</i>	
<i>Heberte Leandro Fonseca de Souza</i>	193
1. Conceito	193
2. Elementos	196
3. Breves considerações acerca do interesse no seguro de dano e responsabilidade civil	198
3.1. Estipulação por conta de terceiros	199
3.2. Estipulação em favor de terceiros	199
3.3. Seguro por conta de quem pertencer	199
3.4. Interesse no seguro de responsabilidade civil	199
4. Interesse no seguro de pessoas	201
5. Conclusão	207
LEI SOBRE O CONTRATO DE SEGURO (PL N. 3.555/04): REQUISITO ESSENCIAL PARA A INTERNACIONALIZAÇÃO DO MERCADO DE SEGUROS E RESSEGUROS BRASILEIRO	
<i>Paulo Luiz de Toledo Piza</i>	209
O SEGURO A VALOR DE NOVO	
<i>Tiago Moraes Gonçalves</i>	225
1. Apresentação	225
2. Princípio indenizatório	226
2.1. Os seguros de dano e o princípio indenizatório (ou indenitário)	226
2.2. Sobre-seguro – definição e efeitos	228

2.3. Infra-seguro e regra proporcional (cláusula de rateio) – fundamentos	229
3. O interesse como bem juridicamente tutelado pelo contrato de seguro	231
4. O seguro a valor de novo	233
4.1. Definição e aplicabilidade	233
4.2. Histórico	234
4.3. Teses desenvolvidas pela doutrina para justificar a licitude dos seguros com cobertura a valor de novo	237
4.4. Cálculo da indenização	240
4.5. Regramento no ordenamento jurídico brasileiro	243
5. Conclusão	245
HUMANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO À SAÚDE – ASPECTOS BIOÉTICOS E A POSITIVAÇÃO DO DIREITO – O CONTRATO DE SEGURO E AS NOVAS CIÊNCIAS	
<i>Walter Antonio Polido</i>	251
1. Introdução: <i>homo sapiens</i> e <i>anthropos</i>	251
2. Novas correntes: do humanismo ao transumanismo	261
3. Juramento de Hipócrates	267
4. A sociedade moderna	269
5. Humanização no âmbito da formação profissional	275
6. Modelo assistencial centrado na rede pública e a assistência privada suplementar. Da inter-relação do contrato de seguro com as <i>novas</i> ciências	277
7. Conclusões	296
FISCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE SEGURADORA – LIMITES DO CONTROLE ESTATAL	
<i>Wolf Ejzenberg</i>	311
1. Introdução	311
2. Importância da fiscalização e controle da atividade seguradora	314

3. Fiscalização e controle da atividade seguradora	320
4. Limites da intervenção na atividade seguradora – legalidade	328
5. Extravagância no poder de intervenção – Circular SUSEP n. 256/04	333
6. Outra extravagância – Circular SUSEP n. 06/90	336

Edição Especial

ANAIS DO
V FÓRUM DE DIREITO DO SEGURO
JOSÉ SOLLERO FILHO

VOL. 1 N. 2 DEZEMBRO 2009

Revista Brasileira de
DIREITO DO SEGURO
e da Responsabilidade Civil

MP
EDITORA

ibds
instituto brasileiro de direito do seguro

SUMÁRIO

ARTIGOS

ABERTURA	
Ernesto Tzirulnik	7
SOLIDARIEDADE	
Sérgio Sérvulo da Cunha	13
DEMOCRACIA E SOLIDARIEDADE	
Carlos Miguel Herrera	25
REGULAÇÃO DE SINISTRO NO PROJETO DE LEI Nº 3.555/2004	
Felipe F. Aguirre	41
Flávio de Queiroz Bezerra Cavalcanti	49
Rubens Moreira Mendes Filho	59
INTERMEDIÇÃO NOS CONTRATOS DE SEGURO E RESSEGURO	
José Maria Muñoz Paredes	65
Paulo Luiz de Toledo Piza	79
O RESSEGURO NA LEI DO CONTRATO DE SEGURO – CONSTITUCIONALIDADE	
André Ramos Tavares	113
José Eduardo Martins Cardozo	129
RESSEGURO E ORDEM ECONÔMICA	
Gilberto Bercovici	139
ALCANCE E EXTENSÃO DO PRINCÍPIO "FOLLOW THE FORTUNE"	
Judith Martins-Costa	157
Maria Concepción Hill Prados	181
O RESSEGURADOR NA LIDE SECURITÁRIA	
Alberto Monti	193
Gustavo de Medeiros Melo	203

223 SEGURO, DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS
Alessandro Octaviani

237 ARBITRAGEM E SEGURO
Maurício Luís Pinheiro Silveira
249 Pablo Medina Magallanes
261 Selma Maria Ferreira Lemes

277 O NOVO REGIME JURÍDICO DO CONTRATO DE SEGURO
EM PORTUGAL E NA UNIÃO EUROPEIA
João Calvão da Silva
285 Luc Mayaux

REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO PÚBLICO

RBDP



ISSN 1678-7072

R. bras. de Dir. Público - RBDP	Belo Horizonte	ano 8	n. 29	p. 1-244	abr./jun. 2010
---------------------------------	----------------	-------	-------	----------	----------------

Sumário

DOCTRINA

Artigos

Autovinculação da Administração Pública

Paulo Modesto	9
1 Autovinculação administrativa	9
1.1 Autovinculação administrativa em sentido estrito	9
1.2 Sentido abrangente da autovinculação administrativa	13
1.2.1 Autovinculação unilateral concreta – Doutrina dos atos próprios	16
1.2.2 Autovinculação unilateral abstrata	20
1.2.3 Autovinculação bilateral – Consensualidade na função administrativa	22

Competência, delegação e avocação na Lei de Processo Administrativo (LPA)

Thiago Marrara	29
1 Introdução	29
2 Competência: aspectos objetivo, subjetivo e organizacional	30
3 Distribuição de competências	32
4 O exercício da competência: nem mais, nem menos	33
5 A transferência do exercício das competências	35
6 Delegação: conceito, formas e limites	37
7 Hipóteses de proibição de delegação	38
8 Requisitos formais e materiais da delegação	40
9 Avocação	45
10 Implicações quanto ao controle e à responsabilidade	47
11 Implicações recursais e judiciais	48
12 Conclusão	49
Referências	50

Breves considerações acerca dos consórcios públicos instituídos pela Lei nº 11.107/2005: oportunidades e desafios deste instrumento de cooperação federativa

Franderlan Ferreira de Souza	51
1 Nota propedêutica	51
2 A gênese e o fundamento dos consórcios públicos	52
3 Histórico da atuação conjunta dos entes federados	55
4 Dos entes consorciantes e áreas de atuação dos consórcios públicos	57
5 A natureza jurídica dos consórcios públicos	60
5.1 A personalidade jurídica do BRDE: o início do debate	64
5.2 A personalidade jurídica de direito público	66
5.3 A personalidade jurídica de direito privado	68

6	O consórcio público e as figuras assemelhadas	69
6.1	Consórcios de direito privado	69
6.2	Convênios administrativos	70
6.3	Associações de Municípios	72
6.4	Regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões	72
7	A estruturação de um consórcio público	75
8	Contrato de rateio	83
9	Financiamentos e outras fontes de recursos dos consórcios públicos	84
10	Contrato de programa	88
11	A institucionalidade nos consórcios públicos	91
12	Alterações legislativas	91
13	A alteração e extinção dos consórcios públicos.....	93
14	Reflexões finais: oportunidades e vantagens	96
	Referências	99

Premissas para uma leitura integrada da *indústria da energia* na Constituição e para a identificação de uma *política energética constitucional* – A propósito dos arts. 173 e 175 da Carta

Luiz Gustavo Kaercher Loureiro	101
Introdução	101
O ponto de partida	102
As atividades imputadas ao Estado pela Constituição.....	103
Atividade econômica estatal reservada: competência pública	106
Atividade econômica estatal reservada: rudimentos de disciplina jurídica	109
Atividades econômicas não imputadas pela Constituição ao Estado – Condições para sua intervenção.....	111
O art. 175 da Constituição	114
Síntese	119
Um corolário desta leitura, especialmente importante para a indústria energética: a propósito de “monopólios” e “serviços públicos”	120

Repensando o Estado Constitucional: controle judicial de políticas públicas através da proibição de retrocesso, inexistência, extinção e deficiência

Valdir Ferreira de Oliveira Junior	125
1 Introdução.....	125
2 Sistema constitucional de proteção aos direitos fundamentais	126
3 Estado e políticas públicas de proteção aos direitos fundamentais	131
4 Considerações finais.....	135
Referências	136

A (in)constitucionalidade e os requisitos do artigo 515, §3º, do Código de Processo Civil

Magno Federici Gomes, Leticia Araújo Costa	139
1 Introdução.....	139
2 Art. 515, §3º, do CPC	140

2.1	Constitucionalidade do art. 515, §3º, do CPC.....	141
2.2	Não cumulatividade dos requisitos do art. 515, §3º, do CPC.....	145
2.3	Aplicabilidade do art. 515, §3º, do CPC.....	149
3	Considerações finais.....	154
	Referências	155

Visão estratégica da Justiça Militar da União (horizonte 2010/2014)

Carlos Alberto Marques Soares	157
--	-----

O controle de constitucionalidade das emendas constitucionais pelo Supremo Tribunal Federal

Augusto Guilherme A. S. Barbosa	161	
1	Introdução.....	161
2	Evolução histórica	163
3	O sistema brasileiro de controle judicial de constitucionalidade das emendas constitucionais	166
3.1	Parâmetro.....	166
3.2	Objeto	167
3.2.1	Emenda constitucional <i>tendente a abolir</i> cláusula pétreas – Dimensão protetiva das cláusulas pétreas	168
3.2.2	Normas constitucionais originárias inconstitucionais.....	169
3.3	Momentos adequados para a realização do controle.....	171
3.3.1	Controle repressivo ou sucessivo	171
3.3.2	Controle preventivo.....	172
3.3.3	Controle preventivo, concentrado e em abstrato	181
3.4	Efeitos da declaração de inconstitucionalidade.....	182
3.4.1	Efeitos no controle repressivo e concentrado.....	182
3.4.1.1	Efeito repristinatório indesejado.....	183
3.4.2	Efeitos no controle repressivo e difuso.....	184
3.4.3	Efeitos no controle preventivo e difuso.....	185
	Referências	186

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

Acórdãos na íntegra

Supremo Tribunal Federal

Ação Direta de Inconstitucionalidade – Art. 7º, IX, da Lei 8.906, de 4 de julho de 1994 –Sustentação oral pelo advogado após o voto do relator – Impossibilidade – Procedência. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.105/DF.....	191
---	-----

Supremo Tribunal Federal

Aposentadoria de servidora pública – Incorporação de vantagem revogada: recusa de registro de aposentadoria pelo TCU – Inaplicabilidade do art. 54 da Lei 9.784/1999: ato complexo – Precedentes. Mandado de Segurança nº 25.697/DF	207
---	-----

Direito Público

ANO VII — Nº 32 — MAR-ABR 2010

CLASSIFICADA NO QUALIS NA CATEGORIA B5

REPOSITÓRIO AUTORIZADO DE JURISPRUDÊNCIA

Tribunal Regional Federal da 1ª Região — Nº 610/2009
Tribunal Regional Federal da 2ª Região — Nº 1999.02.01.057040-0
Tribunal Regional Federal da 4ª Região — Nº 35/2008
Tribunal Regional Federal da 5ª Região — Nº 10/2009

DIRETORES

Elton José Donato
Luiz Fernandes de Oliveira

EDITOR-CHEFE

Paulo Gustavo Gonet Branco

CONSELHO EDITORIAL

Álvaro Ricardo de Souza Cruz	Ingo Wolfgang Sarlet
Ana Paula Barcellos	Inocêncio Mártires Coelho
Daniel Sarmento	Joaquín Brage Camazano
Francisco Fernandes Segado	Pierdomenico Logroscino
Gilmar Ferreira Mendes	

ASSISTENTE-CHEFE

Ana Carolina Figueiró Longo

ASSISTENTES DO EDITOR

Grupo de Estudos do IDP Jurisdição Constitucional e Direitos Fundamentais

Aderruan Rodrigues Tavares	Micaela Dominguez Dutra
Bruno Degrazia Mohn	Pedro Izidro
Fernanda Mendonça Figueiredo	Renata Gonçalves Pereira Guerra Pouso
Janete Barros	Rodrigo Chaves De Freitas
José Carvalho	Sidraque Anacleto
Marcos Cesar Santos Vasconcelos	Táisa Viana Anchieta

COMITÊ TÉCNICO

Ana Paula Jacques
Edevaldo Siqueira Gaudencio
Luiz Fernandes de Oliveira Junior

COLABORADORES DESTA EDIÇÃO

Alexandre de Castro Coura, Bruno Cunha Weyne, Carlos Higino Ribeiro de Alencar,
Fernando Rister Sousa Lima, José Guilherme Berman, Luciane Klein Vieira,
Renata Pereira Carvalho Costa, Siddhartha Legale Ferreira

Assunto Especial

DIREITO E POLÍTICA NAS DECISÕES DO PODER JUDICIÁRIO

DOCTRINAS

1. Constituição Federal: Acoplamento Estrutural entre os Sistemas Político e Jurídico
Fernando Rister Sousa Lima 7
2. A Atuação do Magistrado e Sua Conformação Paradigmática: o Desafio de Materializar o Estado Democrático de Direito
Renata Pereira Carvalho Costa e Alexandre de Castro Coura 23

JURISPRUDÊNCIA

1. Acórdão na Íntegra (STF) 42
2. Ementário 55

Parte Geral

DOCTRINA

1. As Dificuldades Teóricas da Concepção Ontológica da Dignidade da Pessoa Humana
Bruno Cunha Weyne 63

JURISPRUDÊNCIA

ACÓRDÃOS NA ÍNTEGRA

1. Tribunal Regional Federal da 1ª Região 83
2. Tribunal Regional Federal da 2ª Região 91
3. Tribunal Regional Federal da 4ª Região 98
4. Tribunal Regional Federal da 5ª Região 102

Ementário

1. Administrativo 105
2. Ambiental 110
3. Constitucional 111
4. Previdenciário 112
5. Processo Civil e Civil 114
6. Processo Penal e Penal 119
7. Trabalhista 123
8. Tributário 127

DOCTRINA ESTRANGEIRA

1. El Mecanismo de la Cuestión Prejudicial en la Comunidad Andina
Luciane Klein Vieira 134

TEORIAS E ESTUDOS CIENTÍFICOS

1. A Constituição Reinventada pelas Crises: do Neoconstitucionalismo
ao Constitucionalismo Internacionalizado
Siddharta Legale Ferreira 158

ESTUDOS JURÍDICOS

1. Controle de Constitucionalidade nos Sistemas Norte-Americano,
Austriaco e Alemão: Análise Comparada e a Tendência de
Convergência
Carlos Higino Ribeiro de Alencar 175
2. Supremacia Judicial e Controle de Constitucionalidade
José Guilherme Berman 193

Índice Alfabético e Remissivo 228

Normas Editoriais para Envio de Artigos 231

Direito Público

ANO VII — Nº 33 — MAIO-JUN 2010

CLASSIFICADA NO QUALIS NA CATEGORIA B5

REPOSITÓRIO AUTORIZADO DE JURISPRUDÊNCIA

Tribunal Regional Federal da 1ª Região — Nº 610/2009
Tribunal Regional Federal da 2ª Região — Nº 1999.02.01.057040-0
Tribunal Regional Federal da 4ª Região — Nº 35/2008
Tribunal Regional Federal da 5ª Região — Nº 10/2009

DIRETORES

Elton José Donato
Dalide Correa

EDITOR-CHEFE

Paulo Gustavo Gonet Branco (IDP/DF)

EDITORA-ADJUNTA

Ana Carolina Figueiró Longo (IDP/DF)

CONSELHO EDITORIAL

Álvaro Ricardo de Souza Cruz (PUC/MG), Ana Paula Barcellos (UFRJ/RJ), Daniel Sarmento (PUC/RJ),
Francisco Fernandes Segado (Universidade Complutense de Madrid/Espanha),
Gilmar Ferreira Mendes (IDP/DF), Ingo Wolfgang Sarlet (PUC/RS), Inocêncio Mártires Coelho (IDP/DF),
Joaquín Brage Camazano (Universidade Europeia de Madrid/Espanha),
Lauro Gama Jr. (UFRJ/RJ), Pierdomenico Logroscino (Università degli Studi di Bari/Itália)

CORPO ADMINISTRATIVO EDITORIAL

Aderruan Rodrigues Tavares, Bruno Degrazia Mohn, Fernanda Mendonça Figueiredo,
Janete Barros, José Carvalho, Marcos Cesar Santos Vasconcelos, Micaela Dominguez Dutra,
Pedro Izidro, Renata Gonçalves Pereira Guerra Pouso, Rodrigo Chaves de Freitas,
Sidraque Anacleto, Taisa Viana Anchieta, Tatiana do Couto Nunes

COMITÊ TÉCNICO

Edevaldo Siqueira Gaudencio

COLABORADORES DESTA EDIÇÃO

Carlos Geraldo Teixeira, Claudinei J. Göttems, Flavio Riche, Ignez Guimarães,
Ivo César Barreto de Carvalho, Luciana da Rocha, Rene Toedter,
Rodrigo Chaves de Freitas, Rodrigo Lanzi de Moraes Borges, Waltenberg Lima de Sá

Assunto Especial

TRATADOS INTERNACIONAIS PARA PROTEÇÃO DE DIREITOS HUMANOS
FUNDAMENTAIS E ENTIDADES RESPONSÁVEIS POR SUA EFETIVAÇÃO

DOCTRINAS

1. O Controle da Convencionalidade das Leis pelo Poder Judiciário
Carlos Geraldo Teixeira..... 7
2. Uma Nova Função da Defensoria Pública perante o Direito
Internacional dos Direitos Humanos
Waltenberg Lima de Sá 37

JURISPRUDÊNCIA

1. Acórdão na Íntegra (STF)..... 50
2. Ementário 63

Parte Geral

DOCTRINAS

1. Imunidade Tributária na Visão do STF
Ivo César Barreto de Carvalho 68
2. O Acesso às Reuniões de Órgãos Públicos de Deliberação
Colegiada
Rodrigo Chaves de Freitas..... 87
3. A Ação Monitória Como Instrumento Diferenciado na Busca da
Tutela Jurisdicional
Claudinei J. Göttems e Rodrigo Lanzi de Moraes Borges..... 103

JURISPRUDÊNCIA

ACÓRDÃOS NA ÍNTEGRA

1. Tribunal Regional Federal da 1ª Região 121
2. Tribunal Regional Federal da 2ª Região 129
3. Tribunal Regional Federal da 4ª Região 134
4. Tribunal Regional Federal da 5ª Região 146

EMENTÁRIO

1. Administrativo 150
2. Ambiental 154
3. Constitucional 155
4. Previdenciário 156

5. Processo Civil e Civil	160
6. Processo Penal e Penal	163
7. Trabalhista	167
8. Tributário.....	170
ESTUDOS JURÍDICOS	
1. Desafios Hermenêuticos para a Teoria da Constituição Contemporânea Flavio Riche.....	177
2. Da Técnica da Ponderação de Princípios Aplicada às Súmulas Vinculantes do STF Ignez Guimarães e Luciana da Rocha	197
3. Alguns Apontamentos sobre Resistência em Giorgio Agamben Rene Toedter	211
Índice Alfabético e Remissivo	228
Normas Editoriais para Envio de Artigos	231



Interesse Público

Ano XII - 2010 - Nº 61

Conselho Editorial

Presidente: Prof. Juarez Freitas (PUC/RS, UFRGS,
Instituto Brasileiro de Altos Estudos de Direito Público)

Profa. Antonia Pereira (PUC/SP e Pres. do IBDM)

Prof. Carlos Ari Sundfeld (SBDP e FGV/SP)

Ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha (STF)

Conselheiro Cezar Miola (TCE/RS)

Prof. Clèmerson Merlin Clève (UFPR e UNIBRASIL)

Prof. Clovis Beznos (PUC/SP e Pres. do IBDA)

Profa. Cristiana Fortini (UFMG, IMDA)

Prof. Fabrício Motta (UFG)

Prof. Fernando Facury Scaff (UFPA)

Profa. Germana de Oliveira Moraes (UFC)

Prof. Heleno Taveira Tórres (USP)

Conselheiro Helio Saul Mileski (TC/RS)

Prof. Ingo Wolfgang Sarlet (PUC/RS)

Prof. Igor Danilevicz (UFRGS e PUCRS)

Prof. Des. João Batista Gomes Moreira (TRF 1ª)

Ministro José Augusto Delgado (UniCEUB)

Prof. Luís Roberto Barroso (UERJ)

Prof. Marcelo Figueiredo (PUC/SP)

Prof. Márcio Cammarosano (PUC/SP e Pres. do IBDE)

Dr. Oscar Breno Stahnke (DPM)

Prof. Paulo Affonso Leme Machado (UNIMEP)

Prof. Paulo Bonavides (UFC)

Prof. Paulo Caliendo da Silveira (PUC/RS)

Prof. Paulo Ferreira da Cunha (Universidade do Porto)

Prof. Paulo Modesto (UFBA e UNIFACS)

Prof. Rodrigo Valgas (IDASC)

Prof. Romeu Felipe Bacellar Filho (UFPR e PUC/PR)

Coordenador-Geral

Prof. Alexandre Pasqualini
(IDARGS, AJURIS)



Editora Fórum

www.interessepublico.com.br

Editorial	9
DOCTRINA	
Seção de Administrativo, Constitucional, Previdenciário, Processual Civil e Ambiental	
Cooperação jurídica internacional e a concessão de <i>exequatur</i> Teori Albino Zavascki	13
A jurisprudencialização da Constituição. Qual a "norma" contida no "texto"? O caso das contratações temporárias no serviço público Jose Luis Bolzan de Moraes	29
Concurso Público: direito à nomeação e a existência de "cadastro de reserva" Fabrcio Motta	47
O contexto sinérgico das atividades de regulação administrativa concertada à luz dos denominados contratos administrativos Roberto Correia da Silva Gomes Caldas	69
Desapropriação e devido processo legal Guilherme Fredherico Dias Reisdorfer	83
A utilização de conceitos de direito criminal para a interpretação da lei de improbidade Marcelo Harger	109
A acumulação de proventos e vencimentos no serviço público – Uma polêmica sem fim Marcos Fey Probst	135
Seção de Direito Tributário	
PIS e COFINS nas vendas de gás natural: Programa Prioritário de Termeletricidade (PPT) Fabio Artigas Grillo	153
Seção de Direito Municipal	
Inversão de fases da licitação por lei municipal Cláudia Honório	177
Seção de Tribunais de Contas (Controle Externo)	
A aplicação da teoria da desconsideração da pessoa jurídica às sanções administrativas Angélica Petian	203

A&C

Revista de Direito Administrativo & Constitucional



ISSN 1516-3210

A&C R. de Dir. Administrativo & Constitucional	Belo Horizonte	ano 10	n. 40	p. 1-336	abr./jun. 2010
--	----------------	--------	-------	----------	----------------

Sumário

Editorial	9
-----------------	---

DOCTRINA

Artigos

Aportes para um ideário brasileiro de gestão pública: a função do controle externo

Angela Cassia Costaldello	13
1 Premissas de apreciação do tema	13
2 A gestão e a Administração Pública: o sentido da condução da <i>res publica</i> sob o fluxo dos princípios constitucionais	15
3 O planejamento estratégico: pressuposto da ação administrativa eficiente e da eficácia das políticas públicas	17
4 A atribuição constitucional de controle externo: os Tribunais de Contas	22
5 O controle da gestão pública pelos Tribunais de Contas: limites e possibilidades	26
6 Considerações finais	28
Referências	29

En torno al neoconstitucionalismo

Augusto Durán Martínez	33
I Significado del término <i>neoconstitucionalismo</i>	33
II Estado Constitucional. Constitucionalización del ordenamiento jurídico	37
III Rigidez de la Constitución	40
IV Fuerza vinculante de la Constitución, aplicación directa, interpretación conforme, sobreinterpretación de la Constitución e influencia de la Constitución sobre las relaciones políticas	41
V Garantía jurisdiccional de la Constitución	52
VI La objeción democrática. La dignidad de la persona humana	57
Bibliografía	68

La Constitución como fuente principal del Derecho Administrativo uruguayo

Carlos E. Delpiazzo	73
I Introducción	73
II Constitucionalización del Derecho Administrativo uruguayo	74
III Constitución y Estado	77
IV Constitución y administración	79
V Bases fundantes del Derecho Administrativo uruguayo	81
VI Constitucionalización del Derecho Administrativo	84
VII Reflexión final	91

Imprescritibilidade dos crimes de tortura

Celso Antônio Bandeira de Mello	93
--	----

Ação direta de inconstitucionalidade	
Clèmerson Merlin Clève	99
Introdução	99
1 Primeiros apontamentos	100
2 Natureza, finalidade e procedimento	101
3 Legitimidade processual ativa e passiva	103
4 Participação dos <i>amici curiae</i>	105
5 Os atos impugnáveis por meio de ação direta genérica	107
6 A declaração de inconstitucionalidade e seus efeitos	111
Considerações finais	114
Referências	115

El derecho fundamental a la buena administración en la Constitución española y en la Unión Europea

Jaime Rodríguez-Arana	117
I Introducción	117
II Un nuevo Derecho Administrativo	118
III Servicio objetivo al interés general y derecho a la buena Administración pública	120
IV Del servicio público al servicio de interés general	129
V El Derecho a la buena administración en el Derecho Administrativo Constitucional	132
VI El derecho fundamental a la buena administración en la Carta Europea de Derechos Fundamentales	134
Bibliografía	148

Reforma del Estado y administración integral de las empresas públicas. "Holding de Empresas Públicas" y la factibilidad de su implementación

Javier Parquet Villagra	151
1 El Estado y su renovación administrativa	151
2 Reforma administrativa, servicios y empresas públicas	153
3 Estado y empresas públicas. Polarización y sus consecuencias	154
4 Hacia una disminución de la brecha funcional	158
5 El "Holding Público" y su caracterización doctrinaria	159
6 Realidad paraguaya y aplicabilidad local	160
7 Propuesta normativa nacional	162
8 El Derecho Administrativo, sus principios y la reforma institucional	166
9 Resumen y conclusión	167

Intereses generales e interés público desde la perspectiva del derecho público español

José Luis Meilán Gil	171
I Planteamiento	171
II Intereses generales en la organización política de la sociedad	174
III Administración Pública, intereses generales e interés público	176
1 Etapa predemocrática	176
2 El paradigma constitucional	178
2.1 La Administración Pública como servidora de los intereses generales	178
2.2 Los derechos fundamentales son el núcleo irreductible de los intereses generales	180
2.3 Intereses generales como parámetro de la estructura del Estado autonómico	182

2.4	La determinación del interés general	183
IV	Interés general y conformidad a derecho de la actuación de la administración	186
V	Intereses generales e interés público en la suspensión y revocación de actos administrativos	188
1	Intereses generales e intereses privados	189
2	Conflicto de intereses públicos	191
3	El interés público como límite de la revocación	193
VI	La permanencia del interés público	193
VII	A modo de conclusiones	196

La jerarquía y regulación de los Tratados en la Constitución argentina

Juan Carlos Cassagne	199	
1	Los diferentes sistemas existentes en el derecho comparado acerca de la jerarquía de los tratados	200
2	La jerarquía de los tratados de la Constitución argentina	203
3	Condiciones de validez y aplicabilidad de los tratados de integración	205
4	Incorporación de los tratados al derecho interno	208
5	La supremacía de la Constitución y los conflictos que se susciten con los preceptos de los tratados constitucionales	209
6	Conclusiones	213

O controle de constitucionalidade pelo Estado-Administração

Juarez Freitas	217	
1	Introdução	217
2	Da obrigatoriedade de o Estado-Administração realizar uma espécie de controle da constitucionalidade: implicações	223
3	Conclusões	236

Derecho administrativo, Constitución y derechos humanos

Pablo Angel Gutiérrez Colantuono	239	
1	Constitución y derecho administrativo	239
2	Derecho administrativo y derechos humanos	243
3	Algunas precisiones finales	247

A supremacia do interesse público (e a sua indisponibilidade) e os direitos fundamentais: o caso Glória Trevi

Paulo Roberto Ferreira Motta	251	
1	O caso Glória Trevi	251
2	Do julgamento sobre o exame para investigação da paternidade pelo Supremo Tribunal Federal	255
3	A interpretação do julgado	263
	Referências	269

A constitucionalização do direito administrativo e as políticas públicas

Regina Maria Macedo Nery Ferrari	271	
1	Introdução	271
2	Neoconstitucionalismo	272
2.1	Normas princípios e normas regras	276
3	Constitucionalização do direito administrativo	280
3.1	Supremacia do interesse público sobre o interesse do particular	281
	Referências	289

A estabilidade do ato administrativo criador de direitos à luz dos princípios da moralidade, da segurança jurídica e da boa-fé	
Romeu Felipe Bacellar Filho	291
1 A constitucionalização do Direito Administrativo e a incidência dos princípios constitucionais na atividade administrativa	291
2 Os princípios da moralidade, da segurança jurídica e da boa-fé como fundamentos da estabilidade do ato administrativo garantidor de direitos.....	296
3 Ato jurídico perfeito, direito adquirido e coisa julgada: escudos protetores contra a ação da lei nova	306
Referências	311
Limite remuneratório dos servidores do Tribunal de Contas	
Valmir Pontes Filho	315
Índice	323
Abstracts	329
Instruções para os autores	335

Revista de DIREITO DO TRABALHO

Ano 36 • n. 137 • jan.-mar./2010

Coordenação

DOMINGOS SÁVIO ZAINAGHI

*Publicação Oficial da Asociación Iberoamericana de
Derecho del Trabajo y de la Seguridad Social (AIDTSS)*

Repertório de Jurisprudência autorizado pelo TRIBUNAL
SUPERIOR DO TRABALHO – TST (Registro 11/95) e pelo
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL da 5.^a Região (Repositório
Oficial de Jurisprudência 8/2003).

SUMÁRIO

I. DOCTRINA NACIONAL

1. A expansão recente da demanda da Justiça do Trabalho e a distribuição setorial das ações: uma análise exploratória de seus fatores explicativos
CARLOS HENRIQUE HORN E MARIA SILVANA ROTTA TEDESCO 11
2. Liberdade sindical: o modelo ideal
DAVI FURTADO MEIRELLES 45
3. O direito de o empregado ser informado
DOMINGOS SÁVIO ZAINAGHI; FABRÍCIA SUGUISHIMA; RODRIGO SPINELLI E RUTE LESSA 76
4. Dissídio coletivo de greve dos servidores públicos
EDILTON MEIRELES 93
5. Aspectos temporais do contrato laboral do empregado futebolista
FÁBIO MENEZES DE SÁ FILHO 124
6. O contrato de trabalho do atleta profissional de futebol
HUGO ALBUQUERQUE BRAGA 143
7. Transferência de empregados entre empresas distintas: possibilidade, utilidade e implicações de natureza contratual e sindical
JORGE CAVALCANTI BOUCINHAS FILHO 217
8. Assédio moral: a violência psíquica contra o trabalhador no contexto neoliberal
MAURÍCIO MANSUR JÚNIOR 240
9. Desemprego, flexibilização e o direito do trabalho
PIAZA MERIGUE DA CUNHA E ROBERTA FREITAS GUERRA 289

II. DOUTRINA INTERNACIONAL

- | | |
|---|-----|
| 1. El fomento del turismo sanitario en la Unión Europea: la decisiva labor del tribunal de justicia
IVÁN ANTONIO RODRÍGUEZ CARDO | 309 |
| 2. El derecho constitucional y la protección social en Latinoamérica
JULIO ISMAEL CAMACHO SOLÍS | 332 |
| 3. Trabajadores de confianza
TEODOSIO A. PALOMINO | 359 |

III. JURISPRUDÊNCIA

1. ACORDÃOS

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

RELAÇÃO DE EMPREGO – Dispensa sem justa causa – Professor – Alegada infringência a norma regimental interna da empregadora, segundo a qual a demissão só poderia ocorrer mediante apuração de faltas e através de inquérito administrativo presidido pelo Reitor da Universidade – Inadmissibilidade – Regimento que prevê somente algumas penas disciplinares aos professores, dentre elas, a demissão com caráter punitivo, a qual não configurada no caso – Ausência de contrariedade à Súmula 77 do TST. FÉRIAS – Pagamento da remuneração em dobro – Admissibilidade – Empregador que concede o gozo do descanso na época própria, mas só efetua o correspondente pagamento após o retorno do empregado ao trabalho – Contrariedade à ordem legal, que determina que o pagamento do referido numerário seja efetuado até dois dias antes do início do respectivo período de usufruto – Inteligência dos arts. 137, 145 e 153 da CLT e art. 7.º, XVII, da CF/1988. RECURSO – Dissídio jurisprudencial – Descaracterização – Férias – Pretendida incidência do FGTS sobre a dobra do pagamento, sob o argumento de que não haveria reflexo nos depósitos fundiários, por se tratar o principal de parcelas com caráter indenizatório, conforme os arestos que colaciona –

Revista de PROCESSO

RePro 182

ano 35 • abril • 2010

Mandado de segurança coletivo – Novo conceito de sentença – Processo administrativo fiscal: falta de justa causa para abertura de inquérito criminal ou de ação penal – Justiça civil em Uruguay – Il giudice naturale – *Astreintes* e o novo Código de Processo Civil – Lei 12.016/2009 e o novo mandado de segurança – Intervenção de sobrestado no julgamento por amostragem – Jurisprudência defensiva de segunda geração – Fungibilidade entre as tutelas de urgência cautelar e genérica – Teoria dos Direitos Fundamentais de Robert Alexy – Reclamação Constitucional e Juizados Especiais Cíveis.

PUBLICAÇÃO OFICIAL DO **IBDP**
INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO PROCESSUAL

EDITORA 
REVISTA DOS TRIBUNAIS

I. DOCTRINA NACIONAL

1. Mandado de segurança coletivo
 JOSÉ MARIA ROSA TESHEINER..... 9
2. Novo conceito de sentença: sua repercussão no ordenamento processual (na classificação das sentenças e no sistema recursal)
 ACCÁCIO CAMBI..... 17
3. Falta de justa causa para abertura de inquérito criminal ou de ação penal contra contribuinte que está a defender-se em processo administrativo fiscal
 ALBERTO NOGUEIRA JÚNIOR..... 56

II. DOCTRINA INTERNACIONAL

1. La reforma de la justicia civil en Uruguay: los procesos ordinarios civiles por audiencias (Parte II)
 SANTIAGO PEREIRA CAMPOS..... 87
2. Il giudice naturale: principio fondamentale a livello europeo
 NICOLA PICARDI..... 123

III. ATUALIDADES NACIONAIS

1. As *astreintes* e o novo Código de Processo Civil
 GUILHERME RIZZO AMARAL 181
2. Primeiras impressões sobre o novo mandado de segurança – Lei 12.016/2009
 CARLOS FONSECA MONNERAT E MARCOS NEVES VERÍSSIMO 215

3. Intervenção de sobrestado no julgamento por amostragem
TICIANO ALVES E SILVA..... 234

IV. TEMAS RELEVANTES VISTOS PELOS TRIBUNAIS

1. Jurisprudência defensiva de segunda geração
PAULO CAMARGO TEDESCO 259

V. CONFERÊNCIAS

1. ¿Por qué es necesario regular los procesos colectivos? Propuesta de justificación de la tutela procesal diferenciada: alejarse de las “esencias” y acercarse a los conflictos
FRANCISCO VERBIC 291

VI. NOTAS E COMENTÁRIOS

1. Aplicação do princípio da fungibilidade entre as tutelas de urgência cautelar e genérica
LÍVIA REGINA SAVERGNINI BISSOLI LAGE..... 315
2. Os princípios na Teoria dos Direitos Fundamentais de Robert Alexy
RODRIGO LANZI DE MORAES BORGES 331
3. A garantia constitucional do contraditório e a sua aplicação no direito processual civil
KÁTIA APARECIDA MANGONE..... 362

VII. JURISPRUDÊNCIA

1. ACÓRDÃOS

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

- DIREITO À EDUCAÇÃO – Educação infantil – Manifestação do Poder Judiciário sobre a falta de professores em escola pública – Admissibilidade – Direito fundamental indisponível que constitui um dever do Estado, e não um ato discricionário da Administração Pública – Violação a direitos constitucionais que se evidencia – Inteligência dos arts. 205, 208, IV, e 211, § 2.º, da CF/1988. – STF – AgRg no RE 594.018-7/RJ – 2.ª T. – v.u. – Min. Eros Grau..... 385

Revista de PROCESSO

RePro 183

ano 35 • maio • 2010

Cooperação jurídica internacional e a concessão de *exequatur* – Parcialidade positiva do juiz – Razoável duração do processo: duplo grau de jurisdição – Aspectos processuais da lei de alimentos gravídicos – Rescisória contra interpretação de lei federal – Processualismo e a formação do Código Buzaid – Spazio di libertà, sicurezza e giustizia e cooperazione giudiziaria in materia civile – Assistência e a nova Lei do Mandado de Segurança – Medidas de urgência no processo arbitral brasileiro – Termo inicial do prazo do art. 475-J do CPC – Alfredo Buzaid – Formação de magistrados.

PUBLICAÇÃO OFICIAL DO **IBDP**
INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO PROCESSUAL

EDITORA 
REVISTA DOS TRIBUNAIS

SUMÁRIO

I. DOCTRINA NACIONAL

1. Cooperação jurídica internacional e a concessão de *exequatur*
TEORI ALBINO ZAVASCKI..... 9
2. A parcialidade positiva do juiz
ARTUR CÉSAR DE SOUZA..... 25
3. Análise crítica do duplo grau de jurisdição sob o prisma do direito à razoável duração do processo
DENISE MARIA WEISS DE PAULA MACHADO E JOÃO CARLOS LEAL JÚNIOR..... 77
4. Aspectos processuais da lei de alimentos gravídicos
ANTONIO CÔRTEZ DA PAIXÃO..... 119
5. Processos repetitivos e o desafio do Judiciário: rescisória contra interpretação de lei federal
JOSÉ HENRIQUE MOUTA ARAÚJO..... 145
6. O processualismo e a formação do Código Buzaid
DANIEL MITIDIERO..... 165

II. DOCTRINA INTERNACIONAL

1. La reforma de la justicia civil en Uruguay: los procesos ordinarios civiles por audiencias (Parte III)
SANTIAGO PEREIRA CAMPOS..... 195
2. Spazio di libertà, sicurezza e giustizia e cooperazione giudiziaria in materia civile
ITALO AUGUSTO ANDOLINA..... 224

III. ATUALIDADES NACIONAIS

1. A assistência e a nova Lei do Mandado de Segurança
GUILHERME FREIRE DE BARROS TEIXEIRA 239
2. Medidas de urgência no processo arbitral brasileiro
MANUELA CORREIA BOTELHO COLOMBO 257

IV. TEMAS RELEVANTES VISTOS PELOS TRIBUNAIS

1. O termo inicial para a contagem do prazo de 15 dias previsto no art. 475-J do CPC – análise do posicionamento do STJ
ROSALINA MOITTA PINTO DA COSTA 289

V. NOTAS E COMENTÁRIOS

1. Alfredo Buzaid
GLAUCO GUMERATO RAMOS 319
2. Sobre a formação de magistrados
MARCELO LIMA GUERRA 327

VI. JURISPRUDÊNCIA

1. ACÓRDÃOS

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

- RECURSO EXTRAORDINÁRIO – Inadmissibilidade – Imposto de renda de pessoa jurídica – Verificação de bitributação em relação a Estados diversos – Interpretação pelo tribunal *a quo* de normas infraconstitucionais – Ofensa a Constituição que, ocorrendo, será indireta. – STF – AgRg no Agln 586.299/PR – 1.ª T. – v.u. – rel. Min. Cármen Lúcia 353

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- PENHORA – Incidência sobre parcela de soldo aplicada em poupança – Inadmissibilidade – Recursos destinados ao sustento próprio e familiar que gozam de impenhorabilidade absoluta – Inteligência do art. 649, IV, do CPC. – STJ – REsp 515.770/RS – 2.ª T. – v.u. – rel. Min. Herman Benjamin 358

Revista de PROCESSO

RePro 184

ano 35 • junho • 2010

Eficácia vinculante: *ratio decidendi* e força obrigatória dos precedentes – Teoria dos capítulos de sentença – Suspensão das execuções pelo processamento de recuperação judicial – Tutelas diferenciadas no Brasil – L'espace judiciaire européen – Cambio de paradigmas em materia procesal civil – Novo papel do Judiciário e a teoria da separação dos poderes – Legitimidade passiva e a “defesa” do Poder Público na nova Lei do Mandado de Segurança – Nova ação civil pública – Justiça itinerante e os novos caminhos da justiça – Continuada inação judicial: ato omissivo recorrível – Segurança jurídica: coisa julgada no plano objetivo – Percurso histórico da consolidação do direito de acesso igualitário à justiça no Brasil – Direitos fundamentais e jurisdição constitucional.

PUBLICAÇÃO OFICIAL DO **IBDP**
INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO PROCESSUAL

EDITORA 
REVISTA DOS TRIBUNAIS

I. DOCTRINA NACIONAL

1. Eficácia vinculante: a ênfase à *ratio decidendi* e à força obrigatória dos precedentes
LUIZ GUILHERME MARINONI 9
2. Teoria dos capítulos de sentença à luz das técnicas de jurisdição constitucional
RAMON OUAIS SANTOS 42
3. A suspensão das execuções pelo processamento de recuperação judicial
GERALDO FONSECA DE BARROS NETO 67
4. Novo enfoque para as tutelas diferenciadas no Brasil? Diferenciação procedimental a partir da diversidade de litigiosidades
DIERLE NUNES 109

II. DOCTRINA INTERNACIONAL

1. L'espace judiciaire européen: un ordre juridique interétatique?
EMMANUEL JEULAND 141
2. El cambio de paradigmas en materia procesal civil
JORGE W. PEYRANO 154

III. ATUALIDADES NACIONAIS

1. O novo papel do Judiciário e a teoria da separação dos poderes: judicialização de direitos?
LÍVIA REGINA SAVERGNINI BISSOLI LAGE 163
2. A legitimidade passiva e a "defesa" do Poder Público na nova Lei do Mandado de Segurança – Lei 12.016/2009
DALTON SANTOS MORAIS 195

3. O projeto de Lei. 5.139/2009 e a nova ação civil pública:
uma visão crítica
FERNANDO DANTAS M. NEUSTEIN..... 227
4. A justiça itinerante e os novos caminhos da justiça
VITOR FONSÊCA..... 251

IV. ATUALIDADES INTERNACIONAIS

1. La verità presa sul serio
SERGIO CHIARLONI..... 273

V. TEMAS RELEVANTES VISTOS PELOS TRIBUNAIS

1. A continuada inação judicial equivale a ato omissivo recor-
rível
MARCOS PAULO PASSONI..... 291

VI. PARECERES

1. Abrangência da coisa julgada no plano objetivo – seguran-
ça jurídica
DANIEL MITIDIERO 309

VII. NOTAS E COMENTÁRIOS

1. O percurso histórico da consolidação do direito de acesso
igualitário à justiça no Brasil
CLEBER FRANCISCO ALVES 329
2. Direitos fundamentais e jurisdição constitucional: procla-
mação “retórica” v. efetividade concreta
ROSMAR RODRIGUES ALENCAR..... 363

VIII. JURISPRUDÊNCIA

1. ACÓRDÃOS

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

- LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ – Caracterização – Recurso
– Interposição de defesa que contraria súmula ou juris-
prudência dominante, sem razões jurídicas suficientes
para sua revisão ou reconsideração – Abuso do poder
recursal evidenciado – Inteligência dos arts. 557, § 2.º,
14, II e III, e 17, VII, do CPC. – STF – AgRg no Agln
770.181/RS – 2.ª T. – v.u. – rel. Min. Cesar Peluso..... 375